

DA CIÊNCIA À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: NATUREZA E FUNCIONALIDADE DO DISCURSO

Urbano Cavalcante Filho (IFBA/UFBA/UESC)
urbanocavalcante@yahoo.com.br

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe, contudo, uma boa metade.

(Mikhail Bakhtin)

1. Introdução

O objetivo deste texto¹ é caracterizar o gênero divulgação científica e analisar o papel do divulgador enquanto aquele que fala pelo outro e para o outro. Assim, procuraremos primeiramente discutir aspectos concernentes à concepção, natureza e funcionalidade dos gêneros discursivos, tomando como aporte teórico, principalmente, as reflexões promovidas pelo estudioso russo Mikhail Bakhtin. Em seguida, abordaremos as condições de produção tanto do discurso da ciência, quanto do discurso jornalístico para, finalmente, refletir sobre a natureza, características e funcionalidade de um novo gênero discursivo, que é o resultado da fusão, da hibridização dos dois gêneros anteriores – o gênero divulgação científica, destacando o papel do divulgador científico como mediador.

¹ O presente artigo faz parte das reflexões feitas pelo autor no desenvolvimento de sua pesquisa no Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sob a orientação da Prof^a Dra. Vânia Lúcia Menezes Torga.

2. *Dos gêneros do discurso*

A noção de gênero discursivo, retomado das antigas retórica e poética, bem como as análises de gêneros diversos têm sido objeto de reflexão e estudo de inúmeras escolas e vertentes teóricas. Dentre os diversos estudiosos, dos mais diversos campos do saber, que vai desde à nova retórica até a abordagem sistêmico-funcional, da linguística de *corpus* até à reflexão bakhtiniana, passando pelos críticos literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, linguistas computacionais, professores, analistas do discurso, comunicadores, dentre tantos outros, o estudo dos gêneros foi, dessa forma, uma constante temática que interessou aos antigos e tem atravessado, ao longo dos tempos, as preocupações, principalmente, dos estudiosos da linguagem.

O estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se em Platão. O que hoje se tem é uma nova visão do mesmo tema. Seria gritante ingenuidade histórica que foi os últimos decênios do século XX que se descobriu e iniciou o estudo dos gêneros textuais. Portanto, uma dificuldade natural no tratamento desse tema acha-se na abundância e diversidade das fontes e perspectivas de análise. Não é possível realizar aqui um levantamento sequer das perspectivas teóricas atuais (MARCUSCHI, 2008, p. 147).

Nossa pesquisa também se insere nesse grupo que objetiva se debruçar no estudo dos gêneros. Dentre a infinidade de gêneros que estão em circulação na sociedade e que produzimos cotidianamente, na medida em que das mais diversas são nossas atividades de linguagem, nosso trabalho debruçar-se-á no estudo sobre o gênero divulgação científica.

No processo de interação verbal, não dizemos o que queremos, onde e quando queremos. Os discursos são organizados socialmente, inserem-se numa ordem enunciativa e são regulados, moldados pelos gêneros que os constituem. Em outras palavras, cada esfera da comunicação social apresenta “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

Considerando as anotações feitas por Bakhtin (1997) quanto à constituição, à natureza e a própria funcionalidade dos gêneros discursivos, estes são, num primeiro plano de observação, considerados

como modos relativamente acabados de comunicação que permitem aos atores sociais a interlocução em sua integralidade.

Entendendo, pois, os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, é notório que esse conceito de gênero está integrado à atividade social de utilização da língua, que sofre uma regulação das condições e finalidades de cada uma de suas esferas da atividade produzida pelos seres humanos nas situações comunicativas relativamente estáveis a que estão integrados. Esses enunciados, então, dispõem de certa estabilidade:

Trata-se de rotinas, de comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizaram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua. A arenga de um camelô ou a redação de um *fait divers* seguem uma rotina, adaptada às circunstâncias; não se baseiam em nenhum texto-modelo. Por outro lado, alguns gêneros muito ritualizados obedecem a um modelo definitivamente estabelecido, do qual não é possível afastar-se (por exemplo, a missa)” (MAINGUENEAU, 2001)

Esse fato de os gêneros serem considerados rotinas, como nos apresentou Maingueneau, impede, contudo, que o gênero seja pensado de acordo com o sentido de molde:

Os gêneros não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito (MAINGUENEAU, 2001).

Ainda pensando no aspecto “relativamente acabado” dos gêneros, poder-se-ia resumir a discussão em torno de tal temática da seguinte maneira: os gêneros, segundo essa visão bakhtiniana, são resultados da fusão de três dimensões constitutivas, como bem sinaliza Bakhtin: i) o conteúdo temático ou aspecto temático - objetos, sentidos, conteúdos, gerados numa esfera discursiva com suas realidades socioculturais -, o qual tem a função de definir o assunto a ser intercambiado; ii) o estilo verbal ou aspecto expressivo – seleção lexical, frasal, gramatical, formas de dizer que têm sua compreensão determinada pelo gênero –; iii) a construção composicional ou aspecto formal do texto – procedimentos, relações, organização, participações que se referem à estruturação e acabamento do texto, que sinaliza, na cena enunciativa, as regras do jogo de sentido disponibilizados pelos interlocutores.

Assim, percebemos que os gêneros sempre estão ligados a um tema e a um estilo, apresentando uma composição própria, com os quais operamos de modo inevitável:

Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática [...] Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados [...] Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais. [...] Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1997, p. 301-302).

Num segundo plano, cabe ressaltar que sua constituição e definição não se esgotam nem se limitam apenas a esses três elementos. Numa cena enunciativa concreta, observa-se que sua constituição atrela-se, depende, sobretudo, de condições exteriores à língua e ao sujeito-falante. Depende, nesse sentido, de uma necessidade real e específica e da atividade humana exercida pelo sujeito. Dentro dessa necessidade, da atividade humana e da utilização do sistema de código linguístico é que a organização dos três elementos devem ser estudados.

Assim, os gêneros, como a língua, refletem e, simultaneamente, refratam, na metáfora do espelhamento de Campos (2006), as vontades, os desejos, as necessidades sociais, os querer humanos dentro de uma atividade social singular e de uma situação comunicativa específica. Assim, apresenta o autor:

[...] podemos dizer que o espelho, como materialidade, não é processo que se reduz à operação de produzir, em reflexo, as imagens que vão sendo mostradas na superfície de sua lâmina como se ali pudesse acontecer apenas a dimensão visível das imagens. Nesse sentido, o espelhamento processaria as imagens passíveis de reprodução e, como tal, constituiriam os objetos marcados pela movimentação coagulada da aparência de vida. À primeira vista, tal processo de constituição da visão das imagens, não consideraria a possibilidade da diferença dos olhares na sua produção, reduzindo as imagens à ilusão superficial da reprodução em série. Diante dos limites da reprodução, o espelho não só reflete, mas, ainda, e, simultaneamente, refrata. (CAMPOS, 2006, p. 303)

E ainda:

Com esse quadro, o espelhamento, que vai além do refletir, realizando a operação de refratar, o faz no interior da excedência, ou visão de mundo do autor enquanto construção social que não só aponta para o a-

cabamento, mas, ainda, para o inacabamento do que cerca o humano. E isso nos possibilita dizer que o espelhamento enquanto processo da linguagem seria a metáfora da criação, que não se efetiva sem a diferença dos raios de luz da refração na lâmina que reproduz e transforma as imagens, mas, ainda, na lâmina enquanto nada: processo instaurador da singularidade (CAMPOS, 2006, p. 306-307).

Se, ainda tratando da estabilidade dos gêneros, eles apresentam formas “relativamente acabadas” e, por outro lado, emanam por intermédio da apropriação da língua em condições específicas, os gêneros, em um terceiro plano, possuem em sua essencialidade uma natureza inacabada, ambivalente e dúbia. Noutras palavras, sua natureza revela um movimento de tensão da linguagem entre o móvel e o imóvel, o elástico e o rígido, o estável e o instável numa relação dialética da contradição.

Nessa perspectiva, os gêneros, por conta desses traços contraditórios e dialéticos que os constituem, são abertos, transmutáveis e passíveis de hibridização. É o que ocorre, por exemplo, quando fundem-se o gênero da ciência com o gênero jornalístico, dando origem a um novo gênero – o divulgação científica, objeto de estudo e análise dessa pesquisa.

Além disso, o sujeito deve ser considerado como um componente significativo na manifestação do acabamento e inacabamento dos gêneros, uma vez que são responsáveis pela regularização ou não dos enunciados. Afinal, o sujeito é uma instância que está investida social e institucionalmente de um papel para realizar o ato de linguagem.

Partindo da concepção de inacabamento dos gêneros, percebe-se um alargamento dos elementos básicos que contribuem para o ritual de configuração dos mesmos, porque, nessa perspectiva, é incoerente, impossível pensar o gênero sem a inserção ou certo reflexo e refração da figura de um eu locutor que fala para um tu interlocutor.

Noutras palavras, com isso queremos dizer que o gênero, o enunciado, como produto da enunciação, é um ato individual em que está pressuposta a instância do sujeito. Ou seja, alguém enuncia. Alguém produz um discurso. Alguém produz um ato de fala. No entanto, essa instância produtora de discurso não se encontra só no processo de enunciação. O enunciado constitui uma ação verbal entre dois

sujeitos. Ao enunciar pressupõe o outro, quando se diz, diz-se a alguém. O discurso é, portanto, uma relação verbal entre locutor/enunciador e alocutário/enunciatário. E ainda, todo discurso é composto de uma pluralidade de enunciados, marcado por diferentes formações e posições.

Com isso, ratificamos a ideia de que eles são responsáveis pela constituição de sentido. Sendo assim, os gêneros não conseguiriam significar simplesmente a partir dos três elementos básicos defendidos por Bakhtin.

Nesse caso, os gêneros nada mais são do que um espaço de mediação de sentidos, um modo de organização da experiência humana em uma situação dada. Diante disso, como pensar ou pensar isoladamente a relação construída entre o eu locutor e o seu tu interlocutor e os outros elementos da enunciação, se o eu locutor é uma constituição semântica, certa visão de mundo doada ao outro numa experiência dialógica?

Seguindo esse raciocínio, os atores sociais significam a si, ao outro e ao mundo, numa lógica do espelho defendida por Campos, através do excedente de visão. O locutor quando se coloca em posição de enunciação reflete e refrata, cria uma imagem de si, de uma visão de mundo e, conseqüentemente, tenta, num jogo do espelho, “vender” sua imagem para o interlocutor. O que retoma o caráter de tensão estabelecido pela linguagem no espaço de comunicação.

Isso nos leva a pensar numa certa projeção do sujeito na figura do locutor e do ouvinte como partes constitutivas dos elementos básicos do estudo dos gêneros. Com isso, abandona-se, de uma vez por todas, o fechamento e isolamento usuais estabelecido pelo estruturalismo das categorias: obra, autor, leitor, gênero e domínio epistemológico, posto que é na articulação desses elementos que os gêneros se manifestam.

Esses elementos, apesar de possuírem suas especificidades, mantêm entre si uma relação espiralada, fazendo-se partes integrantes de um todo enunciativo.

A articulação desses elementos ainda não é suficiente para entender a natureza complexa dos gêneros discursivos. Se se pensa o gênero mediante a relação de significação estabelecida pelos interlo-

cutores, pensa-se também como tal relação é construída e contribui para o todo significativo. Nesse caso, entram em cena componentes que fundam o discurso ou os discursos. A intenção comunicativa, interdiscurso e o intradiscurso e o papel social que o enunciador assume contribuem para a compreensão da natureza de um dado gênero.

3. *A ordem do discurso científico*

O discurso é um fenômeno social. Esta é uma noção de discurso apresentada por Orlandi (1996), que, tomando-o como tal, está considerando a linguagem enquanto interação. Isso nos permite afirmar que, tomando-a como interação, estamos levando em consideração as suas condições de produção e recepção. Afinal, o discurso só significa num dado espaço/tempo. Desse modo, a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, faz parte da constituição da significação daquilo que se diz.

Todo discurso só significa quando são levadas em consideração suas condições de produção e recepção. Portanto, considerando o discurso da ciência, esse tipo de discurso não pode ser encarado sem a consideração do estabelecimento da relação que sua linguagem estabelece com o contexto, “compreendendo-se contexto em seu sentido estrito (situação de interlocução, circunstância de comunicação, instanciação de linguagem) e no sentido lato (determinações histórico-sociais, ideológicas etc.)” (ORLANDI, 1996, p. 152). E o seu significar, sem dúvida, está aberto a acolher as diferentes formas e sentidos, pois toda vez que um sujeito enuncia ou anuncia, diz algo a alguém uma configuração para seu discurso é estabelecida.

Nas palavras da autora:

Um tipo de discurso resulta do funcionamento discursivo, sendo este último definido como a atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas. Observando-se sempre, que esse "determinado" não se refere nem ao número, nem a presença física, ou à situação objetiva dos interlocutores como pode ser descrita pela sociologia. Trata-se de formações imaginárias, de representações, ou seja, da posição dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 1996, p. 153).

Nos gêneros discursivos da ciência, por exemplo, a intenção comunicativa se revela mediante o discurso de ciência enquanto o

lugar autorizado a dizer a verdade, devendo ser aceita como tal sem contestação. Isso não significa dizer que a intenção deve ser aceita de modo passivo, tranquilo. Mas que existe um sujeito autorizado a dizer para que o dito seja significado.

O que temos, no discurso autoritário, é a desarticulação da dinâmica da interlocução – que é a articulação locutor-ouvinte. Ou seja, a reversibilidade – o que determina a dinâmica da enunciação, ou seja, a troca de papéis no discurso entre locutor e ouvinte –, no discurso autoritário tende a ser zero, já que apenas um dos polos da enunciação está autorizado a dizer o que diz e como diz.

É possível que, ao tratarmos da autoridade que o discurso científico é possuidor, aproximá-lo do conceito de *discurso competente*, proposto por Chauí (1990), ressalvadas as possíveis restrições a tal proposta de relação, de aproximação. Para Chauí (1990), o discurso competente é aquele que ao ser proferido, ouvido é aceito como autorizado. Vamos além: é um discurso em que, considerando a dinâmica da linguagem, não é qualquer um que pode proferi-lo, em qualquer lugar, em qualquer circunstância, ou seja, para ser aceito como manifestação da verdade, é pela voz do cientista que ele deve ser enunciado, já que é resultado de algo que foi observado, testado, comprovado.

O lugar de enunciação também se revela como um componente importante na tradução da natureza do gênero. O lugar permite um excedente de visão que o autoriza a concretizar sua intenção. Ainda o lugar de enunciação autoriza o que deve ser interdito ou dito no espaço interlocução. É isso se constitui em traço determinante na definição e distinção dos gêneros.

O lugar social corresponde em certa medida a uma função empírica assumida pelo indivíduo. É esse lugar social que permite a representação, a imagem que esse indivíduo projeta dentro do seu discurso, a partir de sua posição discursiva, a fim de delimitar os espaços de interação entre o “eu” que fala/escreve e o “tu” que ouve/lê. O “eu” que fala no discurso de ciência, deve, através de mecanismos linguístico- discursivos, imprimir para o interlocutor uma representação de um sujeito que sabe exatamente o que diz porque analisou, observou, testou, comprovou, portanto, a atividade responsiva do sujeito “tu” deve ser de aceitação.

Essa relação entre o “eu” autorizado a dizer de uma determinada posição não confere a relação de força estabelecida entre o “tu” sua eficácia, eficiência, porque o sujeito “tu” pode, orientado por princípios discursivos diversos, desconsiderar a autoridade.

Por exemplo, o discurso da ciência sobre a transfusão de sangue: “Quem doa sangue, salva vidas”. Os cientistas da saúde evidenciam a importância do sangue, o tipo sanguíneo... Mas esse discurso é vazio de sentido para os interlocutores filiados a uma formação dialógica e discursiva “testemunhas de Jeová”, uma vez que é discurso religioso.

Essa observação nos faz perceber que a relação de forma entre “eu” e “tu” é complexa, visto que não é passiva, tranquila, estável, mas envolve as formações discursivas e ideológicas que o “tu” faz parte.

4. A ordem do discurso jornalístico

No gênero discursivo jornalístico, vemos também que a intenção comunicativa se revela mediante um discurso que objetiva a transmissão de informações em função de interesses e expectativas. Esse gênero discursivo, enquanto reprodutor de fatos da realidade, anuncia, comunica acontecimentos. Assim, caracterizado como produtor e interpretador de um conjunto de enunciados, o gênero jornalístico toma corpo. No seu ato de enunciar, enquanto ato de dizer o mundo, o discurso do gênero jornalístico fala o outro, fala ao outro e com o outro.

Nesse processo de construção da escritura do fato jornalístico, os sujeitos envolvidos são os produtores do acontecimento, corporificados como as fontes de informação. Nestas estão, em um polo, o narrador do fato, o jornalista, e no outro extremo, os leitores, aqueles a quem o referido gênero se dirige, intentando socializar informações. Depreendemos disso que, nessa relação, temos uma relação triplíce operada pelos jornalistas, leitores e fontes de informações. Essa relação cooperativa acaba por desembocar, na verdade, numa semantização dos discursos das fontes, produzindo a partir deles, novos enunciados.

Para essa empreitada, as atividades típicas desse gênero de descrever/escrever um fato, buscam-se os mecanismos da estrutura morfológica, sintática, fonética da língua para que o “eu” responsável pelo discurso do informar, possa imprimir ao “tu” que ouve/lê uma representação de sujeito que enuncia perseguindo a precisão, a clareza, a transparência, a imparcialidade, e ao mesmo tempo, possibilitando ao interlocutor/leitor uma compreensão satisfatória para a formação de sua opinião a respeito daquilo que é apresentado, enunciado, dito.

Uma categoria que merece destaque na abordagem desse gênero é a categoria de pessoa que, segundo Fiorin (1999), é essencial para que o ato de linguagem se torne discurso, já que todo discurso é, em geral, a relação entre um “eu” e um “tu”. No jornalismo, temos novos contornos dessa relação, já que a palavra do jornalismo funciona como uma mediação entre fontes e leitores. Aqui o que temos é um locutor que não se marca em seu próprio enunciado, que lhe é exterior, e o faz de forma impessoal. É nesse momento que o jornalista tenta extrair a marca de subjetividade na relação eu tu e lança mão da terceira pessoa. Esse uso da terceira pessoa do discurso assinala a garantia de sua estratégia de universalidade, de objetividade. É o que Ducrot (1968) vai referir-se a essa utilização do “ele” como a marcação de um não sujeito.

Temos também aqui, como visto no discurso do gênero científico, a pretensão de um discurso autorizado, na medida em que, não só como mero reprodutor de enunciados, o discurso jornalístico também produz novos enunciados, só que a partir da interpretação do discurso de origem. Nesse processo de interpretação, há o apagamento da fala de sua fonte enquanto estratégia de construir sua própria fala. É como se o jornalista tomasse os enunciados dos quais não é o autor como se fossem seus e se impõe, na cena enunciativo-discursiva, como origem do dizer, isto é, um discurso autorizado.

Esses enunciados jornalísticos ao falar do mundo, explicar o mundo por meio do relato dos acontecimentos não explicam em sua totalidade o mundo. Ora, o que se tem é a enunciação de fragmentos dos acontecimentos, já que há uma limitação que o impossibilita, seja o tempo, o espaço, seja a visão subjetiva de quem o enuncia que tem de fazer suas escolhas. É um discurso que a todo tempo, constrói

e reconstrói, aparece numa arena de instabilidade e estabilidade de enunciados que fazem parte, por conseguinte, de diferentes formações e temas.

Retomando a ideia de Campos sobre o espelhamento da linguagem que é constitutivamente uma experiência de caráter polifônico, já que, na vivência do falar e escrever, “o texto é sempre objeto de mediação uma vez que realiza o processamento de quem fala/escreve na relação com quem processa o que ouve/lê” (CAMPOS, 2006, p. 307), é que direcionamos nossa reflexão agora para pensar que é dessa fusão, desse hibridismo, também possibilidade pela metáfora do espelhamento da linguagem, que nasce o gênero de divulgação científica, que funciona como um *discurso sobre* em que, ao “publicizar” o discurso da ciência, ressignifica-o, colocando-se entre a própria ciência e os sujeitos não especialistas. É um discurso que se inscreve num espaço de negociação entre as formações discursivas da ciência e da mídia (jornalismo) para atingir a um grande público (não especialistas).

5. *O gênero divulgação científica*

Podemos caracterizar a divulgação científica (DC), considerada como um processo de difusão de pesquisas e teorias em âmbito geral, como a reenunciação de um discurso-fonte (D1) elaborado por “especialistas” e destinado a seus pares em um discurso segundo (D2) reformulado por um divulgador e destinado ao “grande público” (D3). Entendendo-se D1 como discurso da ciência, D2 – divulgação científica e D3, discurso do cotidiano.

Constitui-se tarefa não muito simples definir o texto de divulgação científica (daqui em diante DC), pois, de acordo com Sanches Moura (2003, p. 13), “cada divulgador tem sua própria definição de divulgação”. No entanto, é sugerido o seguinte conceito operativo: “a divulgação é uma recriação do conhecimento científico, para torná-lo acessível ao público”.

Nesta perspectiva, destacamos como principal eixo teórico, o trabalho de Authier-Revuz (1998) sobre divulgação científica. Na concepção dessa autora, o texto de DC é uma associação do discurso científico com o discurso cotidiano, sendo que este último favorece a

leitura por parte de um número maior de leitores. A autora conceitua divulgação científica como:

uma atividade de disseminação, em direção ao exterior, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no interior de uma comunidade mais restrita; essa disseminação é feita fora da instituição escolar-universitária, não visa à formação de especialistas, isto é, não tem por objetivo estender a comunidade de origem (p. 107).

Constitui, portanto, o texto de DC a interseção entre dois gêneros discursivos: o discurso da ciência e o discurso do jornalismo, este último visto como o discurso de transmissão de informação. Para Campos (2006, p. 1) esse gênero “é considerado como realização enunciativa marcada pela ação de quem é colocado na posição de *um* ao falar *pelo outro* (o especialista) *para o outro* (não especialista)”.

Noutras palavras, é como se o texto de DC operasse uma espécie de tradução intralingual, na medida em que busca uma equivalência entre o jargão científico e o jornalístico. Assim, o gênero em discussão compreende um texto reformulado, o qual pode ter sido originado a partir de um artigo ou relatório acadêmico-científico, de uma entrevista ou até mesmo de uma tradução de um texto em língua estrangeira, direcionado para a população distanciada do vocabulário e das práticas científicas, mas que deseja e necessita do conhecimento das ciências.

Para Campos (2006), o gênero de DC exige socialmente a materialização de uma relação dialógica que pressupõe a posição de *um* que delinea uma realização de linguagem determinada pelo *outro* – o especialista – tendo em vista o não especialista na posição alternativa daquele que tem o lugar destinatário de *para o outro*. Nesse sentido, assumir a posição de *um*, como divulgador, é assumir uma dupla exterioridade e uma dupla excedência com o acabamento e a completude provisórios, associados a tal duplicidade. De forma geral, podemos afirmar, pautados nas reflexões de Leibrunder (2003) que o texto de DC, na sua função de vulgarização (ou divulgação) científica, contrapõe-se ao hermetismo próprio do discurso científico, buscando propiciar ao leitor leigo (não especialista) o contato com o universo da ciência através de uma linguagem que lhe seja familiar.

5.1. O papel do divulgador

Pensar o gênero divulgação científica exige que pensemos também a respeito da importância que exerce, na mediação da enunciação do especialista em interação com a enunciação do não especialista, a mediação nessa experiência de linguagem da figura do divulgador.

Na caracterização do gênero divulgação científica, percebemos a interação que marca a enunciação do especialista com a enunciação do não especialista, mediado pela enunciação do divulgador. Nessa articulação, segundo Campos (2006, p. 11):

DV [divulgador] assume a posição de um para tentar, discursivamente, fazer a aproximação do outro (Ciência) ao universo do outro (Público), e vice-versa, constitui a enunciação ternária, ou seja, a enunciação do gênero divulgação científica, que se realiza com a mediação, praticada por DV, no jogo interativo de linguagem. Aqui, DV articula a enunciação primária (enunciação do especialista) com a enunciação secundária (enunciação do não especialista). Tal conjunto de experiências de linguagem, ou de gênero, vem marcado, dialogicamente, por uma dupla exterioridade e uma dupla excedência. Ou seja, ao dizer, emblematicamente, eu falo pelo outro para o outro, assume o seu propósito discursivo de produzir um texto que promova a aproximação de uma enunciação a outra.

O que se observa, no gênero divulgação científica, a partir do papel desempenhado pelo divulgador, já que ele fala do outro para o outro, é que, ao ser constituído, o uso dialógico da linguagem entre duas enunciações – a do cientista e a do jornalista – gera, de modo criativo uma nova enunciação: a enunciação da divulgação científica. Assim, temos o divulgador assumindo duas exterioridades: uma exterioridade, por conta do discurso, da enunciação da ciência; e outra exterioridade, esta, referindo-se ao discurso, à enunciação do jornalismo. Dessa fusão, o divulgador assume outra exterioridade, aquele que, a partir da mescla das duas enunciações, articula um novo projeto de produção de sentido, onde o lugar de enunciação, a intenção comunicativa e o papel social ocupado pelo enunciador (divulgador) assume características próprias nesse ato de linguagem.

A atividade do divulgador científico, antes de ser mera adaptação daquilo que foi formulado pelo discurso científico, é antes de tudo, um verdadeiro trabalho discursivo. O trabalho do divulgador é resultado de um gesto interpretativo do discurso da Ciência e não a-

penas uma reformulação do discurso da Ciência. O modo como o divulgador vai elaborar seu discurso depende essencialmente do contexto discursivo em que se inscreve, o que inclui, como vimos, não apenas o meio através do qual o seu artigo será veiculado, mas essencialmente o interlocutor a quem este se dirige.

O espaço ocupado pela enunciação do divulgador é o espaço do interdiscurso, um espaço de conciliação entre duas forças enunciativas: de um lado, a enunciação científica, de outro, a enunciação jornalística. O papel do divulgador é, portanto, de articulador, conciliador das enunciações que são produzidas socialmente e que, para chegar ao público como “acessível” precisa ser reconfigurada, recriada. O que temos aí, não é mera forma de reformulação discursiva, mas essencialmente a formulação de um novo discurso (ZAMBONI, 1997, p. 28), com características e finalidades próprias.

Tudo isso que está sendo discutido pode ser observado nos textos de divulgação científica. As características, aportando-nos em Zamboni (2001), confirmam o que antes já foi afirmado sobre considerar os textos de divulgação científica como um gênero de discurso específico. Ora, suas características – que vão desde a estrutura gramatical, a organização do texto, os recursos retóricos, entre outros – imprimem no texto de divulgação uma estrutura estável que está relacionada à sua função central de apresentação do conhecimento científico para públicos não especialistas. Tudo isso é feito a partir dessa imagem e representação que o eu locutor – divulgador – faz do tu interlocutor.

6. Considerações finais

Com base no que foi discutido aqui, observamos que as modalidades enunciativas do discurso da ciência e da divulgação científica apresentam características próprias que as diferenciam. Isso se justifica pelo fato de as posições de sujeitos adotadas em cada um dos planos serem diferentes, bem como a imagem que se tem do interlocutor a quem os textos são direcionados.

Portanto, a pertinência de análise de textos de DC, no âmbito dos estudos linguísticos, justifica-se porque levamos em consideração a grande necessidade que a escola tem de abrir espaço para a en-

trada dos gêneros discursivos; no âmbito da análise discursiva, por ser esse discurso marcado visivelmente pelo discurso do outro e também pela presença do eu. Além disso, o texto de divulgação científica, gênero textual difundido na mídia, carece de estudos mais aprofundados, por se tratar de um texto com vários recursos de linguagem a serem explorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: _____. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Dialogismo e divulgação científica. In: *RUA* n° 5. Revista do NUDECRI. Unicamp. Campinas, 1999.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. Gêneros do discurso e formas de textualização. In: MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos; SANTANA NETO, João Antônio de. *Discursos em análise*. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Instituto de Letras, 2003, p. 35-51.

BAALBAKI, Angela Correa. *A caracterização do discurso de divulgação científica nos estudos discursivos*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/10/02.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999, p. 137-216.

CAMPOS, Edson Nascimento. O diálogo do espelho. In: *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v. 12, p. 301-309, jan/jul. 2006. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/poslit>>.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

FIORIN, José Luz. *As astúcias da enunciação*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1999.

_____. (Org.). *Introdução à linguística I. Objetos teóricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. São Paulo: Pontes, 1995.

LEIBRUDER, Ana Paula. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento – As formas de discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

SÁNCHEZ MORA, A. M. S. *A divulgação da ciência como literatura*. 14. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ZAMBONI, L. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica*. 1997, 200 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.